



## **AS INDÚSTRIAS FAMILIARES NAS CIDADES DE TRADIÇÃO DOCEIRA: A FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE PRODUÇÃO DO DOCE COLONIAL NA SERRA DOS TAPES (BR)**

**Claudia da Silva Nogueira**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul  
E-mail: [cs.nogueira@outlook.com](mailto:cs.nogueira@outlook.com)

**Jossana Peil Coelho**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul  
E-mail: [jopeilc@gmail.com](mailto:jopeilc@gmail.com)

**Francisca Ferreira Michelin**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul  
E-mail: [fmichelon.ufpel@gmail.com](mailto:fmichelon.ufpel@gmail.com)

### **Resumo**

No texto, chama-se a atenção para o território como um espaço social criado e delimitado por um ambiente. O território que constitui o objeto deste estudo contém a presença de antigas fábricas de doces que operaram ao longo de várias décadas, entre meados e finais do século XX. Nesse período, representaram crescimento econômico e social das comunidades onde se encontravam, condição que é observada na Carta de Sevilha do Patrimônio Industrial. Analisam-se as questões sociais, ambientais e econômicas, tendo a cultura como base, adotando-se a ideia de que a sustentabilidade se interliga pelo elo cultural a todas as manifestações humanas. Logo, verifica-se como ocorreu a formação da paisagem, provocadas desde o início da produção doceira na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul-Brasil.

**Palavras-Chave:** Paisagem de produção. Doce colonial. Indústria familiar. Cidades de tradição doceira. Serra dos Tapes.

### **1. Introdução**

Pelotas, situada no extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, é reconhecida atualmente como Capital Nacional do Doce e recebeu, em conjunto com outras quatro cidades: Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu, em 2018, o reconhecimento nacional de sua tradição doceira, que se divide em tradição dos doces finos e dos doces coloniais. A segunda cidade constitui o foco deste estudo no qual se pretende estabelecer uma ligação direta entre essa tradição e a constituição de fábricas



de produção de compotas com origem familiar. Destaca-se que algumas dessas fábricas conseguiram manter-se após os anos de 1970, quando o poderoso capital da indústria nacional alimentícia de compotas instalou-se na região. A maioria tornou-se espólio fabril em meio a uma paisagem de comunidades que resistem, inclusive, para manter a produção artesanal e manufatureira do doce.

Assim, este texto inicia observando, de modo geral, os impactos que tanto historicamente como no presente a instalação, presença e fechamento das fábricas geram no ambiente urbano. Em seguida, intenta-se esclarecer que um processo análogo opera no ambiente rural, carregando, de um modo ou de outro e com diferentes intensidades conforme a região, a historicidade do globalizante processo da indústria.

Observa, na região estudada, como a paisagem se forma de uma área despovoada para uma área de pequenas propriedades familiares, e como nesse processo se formam traços particulares de um modo de vida, dentre eles, a produção doceira. E, por fim, apresenta um exemplo vivo que relaciona, diretamente, a passagem do artesanal para o industrial, em uma configuração que não esvanece a gestão familiar, mas que demanda atenção para que se entenda que há mais, neste fato, do que o manejo administrativo por membros de uma mesma família. Há uma trajetória de doceiros que começa a partir do que cada pessoa trouxe do seu lugar de origem, que se mescla com o ambiente, que se transforma em função da matéria-prima disponível e que vai se incorporando aos modos de vida. E assim, o patrimônio imaterial pode ter sido a origem de muitos patrimônios industriais, por enquanto, apenas espólios fabris esquecidos.

Justifica-se essa afirmação com base na Carta de Sevilha que define o patrimônio industrial como:

[...] o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que foram gerados por atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão gerados pelo sistema econômico surgido na “revolução industrial”. Esses bens devem ser entendidos como um todo composto pela paisagem em que estão integrados, pelas relações industriais que estão estruturadas, pela arquitetura que os caracteriza, pelas técnicas utilizadas em seus procedimentos, pelos arquivos gerados durante sua atividade e pelas práticas de caráter simbólico. (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 13)

## 2. Tradição doceira e indústrias familiares na Serra dos Tapes



Para entender a relação entre a tradição doceira colonial desta região e as indústrias que foram surgindo na área — e que modificaram a paisagem —, é desejável que se faça uma pontuação breve do processo de industrialização local com o global. Parte-se do século XVIII, quando se estabeleceu o marco de expansão da industrialização, assim designado como a Primeira Revolução Industrial cuja origem deu-se na Inglaterra. Foi um fato de amplas proporções que não se restringiu às transformações do processo produtivo, mas também provocou profundas modificações no processo de urbanização, seja porque originou evidente crescimento demográfico, seja porque motivou aparecimento e modernização de infraestruturas como, por exemplo, o surgimento das estradas de ferro. Sobre o aumento populacional provocado pelo fenômeno industrial, há de se destacar que adveio do grande salto migratório da população rural para áreas urbanas. E isso ocorreu, ainda que em momentos não simultâneos, tanto nos países europeus como em países emergentes, caso do Brasil.

Seria simplificar o processo, atribuir as modificações na urbanização somente à atividade industrial. Significaria ignorar a dinâmica econômica que dela advém, favorecendo também a origem de novos setores, especialmente do terciário (comércio e serviço). E seria minimizar o resultado da divisão de trabalho, característica básica do processo industrial. No entanto, com a industrialização, instala-se nova dinâmica social, que interviu na composição de uma sociedade na qual cada indivíduo deve assumir uma função na estrutura social, o que se traduz em executar determinada tarefa útil e/ou imprescindível para ele mesmo ou para os demais indivíduos. Não poderia ser menor o efeito na dinâmica política, em decorrência de grandes investimentos oriundos tanto de iniciativas privadas quanto governamentais em infraestrutura urbana. Fato é que a industrialização levou ao aceleração da urbanização e, conseqüentemente, instaurou a macrocefalia urbana, termo que Milton Santos (2004) emprega para definir o efeito de dilatação citadina cujas conseqüências são problemas urbanos em proporções incontornáveis como a violência, déficit da infraestrutura básica, transporte coletivo insuficiente e, ainda, os mais diversos problemas ambientais e de desigualdade social.

Cabe, ainda, destacar que o processo de urbanização veloz já era reconhecido pela ONU, na primeira Conferência Habitat de 1976, como um acontecimento mundial, e que já carecia de análises do processo e seus respectivos problemas. Nos últimos discursos, a



ONU vem destacando que metade da humanidade — 3,5 bilhões de pessoas — habita as cidades e que, até 2050, este número pode ir para 5 bilhões de pessoas, sendo que, em suma, grande parte viverá em condições precárias de submoradia.

Nesse cenário, assim descrito, observa-se que a decadência e falência de diversos polos industriais, a exemplo do que ocorre no Brasil, fez com que surgissem as chamadas áreas industriais desativadas e, com essas, a ampliação dos problemas urbanos. Rosa (2011) alerta para outro problema: a desindustrialização observada na Europa durante a metade do século XX e o desaparecimento não somente dos vestígios tangíveis, mas também intangíveis. E é na relação entre tantos e tão profundos impactos, na cidade e no meio rural, provocados pela industrialização, que se constitui a ideia do patrimônio industrial.

Muitos autores, ao longo da formulação do conceito, destacam aspectos diversos que são colocados, conforme a ênfase do conceito, em determinada ordem de importância. Assim, Cordeiro (2011) fala sobre a necessidade de conhecimentos sobre um latente valor econômico e cultural do patrimônio industrial, tendo como premissa estabelecer programas para seu restabelecimento. Como descrito na Carta para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial (TICCIH, 2011), este para além das evidências tangíveis, ou seja, tecnológicas, forma arquitetônica e composição urbana há, ainda, os indícios intangíveis, por exemplo, “[...] os saber-fazer técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades [...]” (p. 2). Essa paisagem condiz com o processo de criação e instalação de indústrias em um território, ou seja, a ocupação de um espaço por uma fábrica, transformando-o e conferindo-lhe novas lógicas e novos significados. Assim, constitui-se a paisagem industrial, obra da industrialização, que também é, em momento posterior, uma paisagem cultural.

Contudo, a paisagem industrial não é obra somente da industrialização, mas sobretudo em zonas rurais, ela é obra da colonização, forma de ocupação e organização familiar, onde “[...] a família colonial estava organizada em torno da propriedade de terra, em um trabalho coletivo e de cooperação mútua de seus integrantes e tendo como forma de sustento e renda a produção agrícola do lote familiar” (COMIOTTO, 2018, p. 5). Ou



ainda, é obra da mudança de entendimento do valor da sua produção, ou seja, de uso da família para troca por meio de sua comercialização. Sendo assim, é “[...]a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2007, p. 8).

Neste contexto da indústria familiar e sua participação na paisagem de produção do doce colonial na região de tapes no Rio Grande do Sul, em especial, nas cidades de tradição doceira — Arroio do padre, Capão do leão Morro redondo e Turuçu —, é que se observa, a seguir, como configura-se a origem desta paisagem.

### 3. Paisagem Cultural da Serra dos Tapes/BR

A Serra dos Tapes abarca a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul bem como as cidades emancipadas de Pelotas (Figura 1) e por sua vez, é caracterizada por “[...] minifúndios e pela policultura, com destaque à fruticultura e horticultura, associadas, na origem da ocupação destes territórios pelos imigrantes europeus, à introdução da avicultura e suinocultura” (IPHAN, 2018, p. 41).



**Figura 1** - Paisagem da Serra dos Tapes na cidade de Morro Redondo. Cultivos em pequenas propriedades.

**Fonte:** Fotografia das autoras, 2021.



O Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas afirma que, “em termos de configuração sociogeográfica, na origem, as tradições doceiras se desenvolveram nas duas grandes paisagens naturais da região da Pelotas do século XIX: a paisagem de planície e a serrana” (IPHAN, 2018, p. 41). A tradição dos doces finos, segundo apresenta o dossiê, está ligada, principalmente, aos lusos, luso-brasileiros, africanos e descendentes de africanos escravizados que, por sua vez, ocupavam a região plana. Já a tradição dos doces coloniais é oriunda de imigrantes europeus de diversas origens, porém, com uma forte ligação à atividade agrícola, desenvolvida na região serrana.

O objeto deste texto refere-se às quatro cidades que estão presentes nesta descrição acima e que se formaram a partir de Pelotas, por meio de processos de emancipação. Antes, pertenciam à Pelotas como distritos da sua área rural. Pelotas é o município mais populoso da região e considerado polo com relação ao território da Zona Sul, de acordo com o Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável da Zona Sul – PTDRS (BRASIL, 2009).

Desse modo, tais cidades compartilham, além da baixa densidade demográfica e de índices de desenvolvimento muito próximos (Tabela 1), de uma trajetória histórica que se intersecciona em alguns momentos. Participam de uma mesma história de imigrações e notório perfil agropastoril que remonta à chegada dos primeiros casais de açorianos, em 1749, os quais, além de ocuparem o território, produziam alimentos para as vilas em formação que, posteriormente, dariam origem a municípios da microrregião de Pelotas.

CIDADES	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2020)	IDESE (2020)
Arroio do padre	22,8 hab/km <sup>2</sup>	0,691
Capão do leão	34,7 hab/km <sup>2</sup>	0,639
Morro redondo	27,0 hab/km <sup>2</sup>	0,694
Turuçu	14,1 hab/km <sup>2</sup>	0,674

**Tabela 1** – Relação densidade demográfica e índice de desenvolvimento socioeconômico das cidades que compõem a Antiga Pelotas.

**Fonte:** Realizada pelas autoras com base nas plataformas Deedados (<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>) e da Fundação de Economia e Estatística (<https://arquivofee.rs.gov.br>), 2023.



Cerqueira (2011) retrata entre tantos aspectos, em especial, um que ajuda a compreender o que ele chama de “mosaico étnico” da região da Serra dos Tapes. Isso porque, de acordo com o autor, a região serrana que compreendia os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul era considerada uma terra pouco aproveitada, em posse de pecuaristas instalados na região de planície, onde era mais favorável à criação do gado em pastagem. Era uma região quase despovoada até que, por volta de 1848, iniciam os incentivos, primeiro, governamentais e, posteriormente, de iniciativas particulares, para que os fazendeiros resignassem partes de suas terras que não eram favoráveis à pecuária, para a formação de colônias agrícolas.

Portanto, foi esse movimento que deu ao território a forte presença da agricultura familiar, fruto da forma de ocupação do solo em consonância com os objetivos estratégicos da coroa portuguesa. E, ainda, como bem lembra Salamoni (2001), a adequação do espaço físico pelos imigrantes europeus não portugueses foi uma forma de organização social e econômica associada ao termo descrito por Sorre (1963), “gênero de vida”, “[...] através do qual o modo do habitat, a estrutura agrária, partilha e forma dos campos - o tipo de propriedade e exploração - inscrevem no solo, em traços materiais, o funcionamento do gênero de vida” (SORRE, 1963, apud SALAMONI, 2001, p. 37).

Pensando nisso, entende-se como a imigração ocorrida no final do século XIX na zona rural de Pelotas, em especial de franceses e alemães, contribuiu para a gastronomia que foi desenvolvida localmente e que viria a ser a semente do que, mais tarde, formou a tradição dos doces coloniais. Salamoni (2001), ao falar dos colonos alemães, descreve a economia colonial baseada no cultivo de várias espécies de plantas e na criação de vários tipos de animais, além do uso de mão de obra familiar que, por sua vez, tinha como finalidade a autonomia econômica da família. Esse tipo de economia produzida por tais imigrantes acabava gerando situação que levavam ao “[...] surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, em princípio, a manutenção da sua herança cultural” (p. 9).

É nesse cenário de pequenas propriedades de economia familiar de natureza agrícola, reunidas em comunidades formadas por diversas etnias, que surgem as primeiras indústrias alimentícias do território da zona sul. Explica-se, portanto, porque na região se estabeleceram fábricas do ramo de alimentos (Figura 2). Essas foram pioneiras da



indústria conserveira na região, caracterizada pelas pequenas fábricas de compota na colônia de Pelotas, conforme registrado no PTDRS Zona Sul (BRASIL, 2009).



**Figura 2** - Produção de uma pequena indústria familiar em Morro Redondo que utiliza matéria-prima dos cultivos, preferencialmente orgânicos, locais.

**Fonte:** Fotografia das autoras, 2021.

Assim, Bach (2017) destaca o surgimento da produção de compotas de frutas, ainda no século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus que trouxeram consigo “[...] além de conhecimentos para cultivar a terra, como a criação de pomares, o domínio de técnicas artesanais apropriadas à conservação de frutas [...]” (p. 90).

Entre as inúmeras indústrias familiares presentes na região estudada, destaca-se uma que, por sua vez, ainda se encontra em funcionamento. A Conservas Neumann, localizada na cidade de Morro Redondo, foi fundada em 01 de novembro de 1974 por Albino Neumann e sua esposa Elza Neumann. Antes mesmo de tornarem industrial a sua produção já confeccionavam artesanalmente geleias e doces em pasta de pêssego. Constituir a fábrica foi potencializar para obter maior rentabilidade o que vinha sendo feito em pequena escala.

### **Considerações finais**

Durante o dossiê do ofício das baianas de acarajé, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2004), vê-se que, assim como se



mencionado anteriormente, a forma com que cada sociedade prepara seu alimento corrobora na sua construção identitária, sendo capaz de tornar visível a sua organização social. Identidade esta que, no caso de estudo, é nacionalmente reconhecida a partir do ano de 2018 pelo IPHAN no livro dos saberes, mas que começou seu processo de reconhecimento ainda no ano de 2008, durante a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais - Produção de Doces Tradicionais Pelotenses. E que, através de relato de produtores de doces coloniais, “[...] seria o doce derivado das frutas e que a mudança desta percepção identitária, vinculando a imagem de Pelotas como cidade doceira ao doce fino, seria resultante da Fenadoce” (CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 125).

A região da zona sul, mais especificamente a microrregião de Pelotas, tem sua origem na indústria charqueadora. Tal industrialização deu-se, em grande parte, em função da disponibilidade da matéria-prima de origem animal. Portanto, a região, ainda que predominantemente de economia agropecuária, conheceu, desde cedo, a indústria. O processo mais particular que fez surgir na área rural, fábricas de produção de alimentos, inclusive, fábricas familiares, participa desse cenário. Os estudos dos quais saiu a reflexão apresentada neste texto indicam que a região estudada combina paisagem cultural e paisagem industrial ao longo do tempo, concordando com a Carta de Sevilha que define “as atividades produtivas características de setores, processos ou territórios podem ser consideradas como paisagens culturais quando nelas convergem valores históricos, técnicos e sociais” (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 21-22). O que demonstra que o fato não é exclusivo deste território, mas é particular.

A região da qual se fala combina dois elementos que vão se reforçando ao longo da sua trajetória: o conhecimento tradicional e a produção do alimento. E quanto mais se reforça a combinação, mais legível se torna o fato de que “[...] a decodificação dos sistemas alimentares auxilia na leitura das culturas humanas e na busca das suas lógicas, pois a alimentação informa, sobre a maneira como os homens cultivam, escolhem, preparam seus alimentos” (CAVIGNAC; DANTAS, 2005, p. 63). E complementa-se a ideia de Cavignac e Dantas (2005) com a recomendação da Carta de Sevilha, na qual defende que “a memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento referência para entender os espaços de trabalho e as relações que se



estabeleceram entre a cultura material, imaterial e o território” (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 22).

Justifica-se investir em estudos que façam visíveis esta paisagem, histórica em essência, constituída no fluxo de transformações de continuidades que se diluíram nos processos de formação de novas cidades, para entender a complexa rede de um lugar multiétnico, desde a sua povoação, industrial e agrário, e da sua formação, rural e urbano. Neste estudo que identifica a paisagem como depositária de memórias compartilhadas por diferentes cidades, observa-se o movimento de uma tradição que prevalece. Uma tradição de manifestações demoradas, como a produção de um doce em pasta em um tacho de cobre ou de breves, e como a produção de centenas de compotas de frutas em uma fábrica familiar. A uma essência que resiste: a memória.

## Bibliografia

BACH, A. N. **Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)**. 2017. 230f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6180>. Acesso em: 10 jan., 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17305447-Plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-territorio-da-cidadania-zona-sul-do-estado-do-rio-grande-do-sul-ptdrs-1.html>. Acesso em: 10 jan., 2023.

CAVIGNAC, J. A.; DANTAS, M. I. Sistema Alimentar e patrimônio Imaterial: o Chouriço no Seridó. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v.8, n.2, p. 63-78, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70380205>. Acesso em: 10 jan., 2023.

CERQUEIRA, F. V.. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, 2011.

CERQUEIRA; SILVA. O doce e a cidade: os sabores da história. In: MICHELON, F. F.; LEAL, N. M. P. M. (Org.); NUNES, J. F. I. (Org.). **Os Doces Sentidos: poesias, estudos, imagens, receitas**. 1. ed. Bagé: Editora Bühring, 2016. v. 1. p. 117-126.

COMIOTTO, S. T.. A fábrica e a família: mudanças que o espaço fabril trouxe para o espaço familiar-um estudo de caso (1915-1966). In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE



HISTÓRIA – ANPUH-RS (14, 2008; Porto Alegre, RS). Democracia, liberdades e utopias. **Anais [do] 14º. Encontro Estadual de História do ANPUH-RS**, Porto Alegre, de 24 a 27 de julho [e-book]. Organizadores: Paulo Roberto Staudt Moreira; Everton Reis Quevedo; José Edimar de Souza; Marcelo Vianna; Rodrigo Luis dos Santos. -- Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018. Disponível em: [http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1529695402\\_ARQUIVO\\_ARTIGOPUBLICAR-Afabricaeafamilia.pdf](http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1529695402_ARQUIVO_ARTIGOPUBLICAR-Afabricaeafamilia.pdf). Acesso em: 10 jan., 2023.

CORDEIRO, J. M. L. Desindustrialização E Salvaguarda Do Patrimônio Industrial: Problema Ou Oportunidade? **Oculum Ensaios**, n. 13, p. 154-165, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351732215011>. Acesso em: 10 jan., 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS**, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_%20tradicoes doceiras de \\_pelotas antiga pelotas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_%20tradicoes%20doceiras%20de%20pelotas%20antiga%20pelotas.pdf). Acesso em: 10 jan., 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê 6. Ofício das Baianas de Acarajé**. Rio de Janeiro: Iphan/MinC, 2004. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_oficio\\_baianas acaraje.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_oficio_baianas_acaraje.pdf). Acesso em: 10 jan., 2023.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Colóquio internacional de desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: [https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior\\_Agricultura-familiar\\_agroindustria\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf). Acesso em: 10 jan., 2023.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Duas agências da ONU se unem para promover comunidades e cidades digitais. 13 de dezembro, 2020. **ONU News**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1735882>. Acesso em: 15 fev., 2023.

OOSTERBEEK, L. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de Gestão Integrada do Território. 2011. In: FERNANDO F. ROSSI; LÚCIO DELFINO; LUIZ EDUARDO RIBEIRO MOURÃO; MAURICIO GUETTA (COORDS.). (Org.). **Aspectos controversos do direito ambiental: tutela material e tutela processual**. 1ed. Belo Horizonte: FORUM, 2013, v., p. 303-312. [https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/12/2013\\_12\\_14025\\_14037.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/12/2013_12_14025_14037.pdf). Acesso em: 10 jan., 2023.

ROSA, C. L. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, p. 1-14, 2011.

SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em revista**, v. 7, n. 7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11888>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.



SOBRINO SIMAL, J.; SANZ CARLOS, M. (ed.). **Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI** = Seville charter of industrial heritage 2018: the challenges of the 21st century. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>. Acesso em: 15 fev., 2023.

TICCIH. THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Cartas Patrimoniais. Princípios de Dublin. **Carta para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial**. TICCIH, 2011. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>. Acesso em: 10 jan., 2023.